

MPRA

Munich Personal RePEc Archive

ALLOCATIVE FLEXIBILITY OF THE BRAZILIAN LABOR MARKET: AN EMPIRICAL EVALUATION OF THE STATES AND THE METROPOLITAN AND NON-METROPOLITAN REGIONS

Jefferson Andronio Ramundo Staduto and Thyago Américo Schio

Unioeste, UFSCar

2010

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/81407/>

MPRA Paper No. 81407, posted 22 September 2017 14:47 UTC



Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)

Vol. 04, n. 2, pp. 51-66, 2010

<http://www.revistaaber.org.br>

**FLEXIBILIDADE ALOCATIVA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA
AVALIAÇÃO EMPÍRICA DOS ESTADOS E DAS REGIÕES METROPOLITANAS E
NÃO-METROPOLITANAS**

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Doutor em Economia Aplicada pela USP
Professor adjunto da UNIOESTE; Bolsista Produtividade do CNPq
E-mail: jstaduto@yahoo.com.br

Thyago Américo Schio

Mestre em Economia Aplicada pela UFSCAR
Economista na Prefeitura Municipal de Balsa Nova-PR
E-mail: thyagoschio@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa algumas evidências sobre a flexibilidade alocativa no mercado de trabalho dos estados e regiões metropolitanas e não-metropolitanas do Brasil no período de 1992 a 2001 e 2002 a 2006. O grau de flexibilidade dos mercados de trabalho regionais foi estimado a partir da razão dos índices de turbulência e descasamento. Conclui-se que os mercados de trabalho analisados são flexíveis, sendo liderado pelos estados da região Nordeste. As regiões metropolitanas apresentam flexibilidade alocativa maior do que as regiões do interior dos estados. Nas variadas escalas econômicas, os mercados de trabalhos são flexíveis e não apresentam excesso de fricção.

Palavras-Chave: Flexibilidade alocativa; Região metropolitana; Região não-metropolitana; Mercado de trabalho.

Classificação JEL: J63, J22, J29.

ABSTRACT: This article aims to analyze some evidences on allocative flexibility of the labor markets in the states and metropolitan areas and non-metropolitan areas of Brazil, in the period of 1992 to 2001 and 2002 to 2006. The flexibility degree of the regional labor market was estimated from the ratio of turbulence and mismatch indices. It was concluded that labor markets is flexible and it is led by the states of Northwest macro-region. The metropolitan areas has greater allocative flexibility than the inside states. In different economic scales the labor markets is flexible and does not have too much friction.

Keywords: Allocative flexibility; Metropolitan region; Non-metropolitan region, Labor market.

JEL Code: J63, J22, J29.

1. Introdução

O objetivo central desse artigo é analisar algumas evidências sobre a flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro no período de 1992 a 2006 nos estados brasileiros e nas respectivas regiões metropolitanas e não-metropolitanas. Este período é marcado por importantes eventos na economia nacional, os quais refletiram no ajustamento do mercado de trabalho no Brasil.

A economia brasileira sofreu fortes pressões competitivas em razão da liberalização comercial iniciada no final dos anos de 1980 e aprofundada na década seguinte, sendo considerada como uma importante alavanca que empurrou o mercado de trabalho para as estratégias de flexibilização. Pode-se considerar que o início do processo desregulamentação do mercado de trabalho ocorreu no final da década 1960, em resposta à crise econômica que o Brasil enfrentava no período. Foram implantadas políticas trabalhistas de grande envergadura para atrair novos investimentos externos, dentre elas estavam o fim da estabilidade do emprego e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A partir de então a continuação deste processo sempre ficou latente na agenda do Estado e para o setor privado, sendo retomada na década de 1990.

Por sua vez, nos anos 1990, em resposta novamente à crise econômica mundial da década anterior, as empresas implementaram ajustes na estrutura produtiva, e o mercado de trabalho se moldou a essas transformações. A terceirização no setor industrial foi um dos ajustes mais expressivos em relação aos outros setores. Segundo Amadeo (1996), o mecanismo mais utilizado foi à subcontratação de empresas, sobretudo do setor terciário; que produz basicamente *non-tradables*. No entanto, inicialmente parte desta tendência não foi guiada pelo aumento da eficiência produtiva, mas, sim, pela rápida redução dos custos trabalhistas.

Neste sentido, por exemplo, as cooperativas de trabalho em meados da década de 1990 se proliferaram para atender a intensa reestruturação produtiva, atuando como uma institucionalização e instrumentalização da terceirização. A introdução de dispositivo na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) deu legalidade às cooperativas de trabalho e propiciou a sua proliferação em todos os setores da economia, inclusive no agropecuário. Este processo implicou, de modo geral, a piora das condições de trabalho na economia nacional, e ocorreu concomitante ao crescimento do grau de informalidade nas relações de trabalho na década de 1990; período de baixo crescimento econômico e altos níveis de desemprego.

A estrutura produtiva das regiões tem forte impacto sobre os denominados estudos de mercado trabalho local (regional)¹, em particular no Brasil deve ser considerada a distribuição das atividades produtivas no território nacional. Nos últimos anos após várias décadas de concentração industrial no território paulista, constatou-se, recentemente, intenso processo desconcentração das plantas industriais como estratégia empresarial de aumentar a competitividade da produção manufatureira nacional. Conforme Carleial (1997), o Brasil passou nos anos 1990 por um lento e incontestado movimento de realocação industrial, capitaneado pelas desvantagens de aglomeração, principalmente da região Metropolitana de São Paulo. Esta situação foi reforçada por motivos de custos, tais como fuga dos capitais de espaços produtivos com alta densidade sindical, atração de investimentos diante da guerra fiscal entre os estados e, finalmente, força de trabalho barata.

Segundo Diniz (1993, 1995) no período de 1970 a 1990, as áreas beneficiadas pela desconcentração industrial brasileira originada da região Metropolitana de São Paulo foram mais claramente delimitadas por um polígono formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, que também estavam incluídos as respectivas áreas interioranas, inclusive o próprio interior paulista. Sabóia (2001) analisou este fenômeno na década de 1990, e verificou que nesta fase vários estados foram beneficiados com a dispersão das indústrias em todo o território nacional. Os movimentos de transferência da indústria foram mais intensos em direção aos estados do Sul, especialmente para o Paraná, contemplando os ramos industriais de alto, médio-alto e médio-

¹ A escala dos denominados mercados de trabalho locais não é precisa na literatura, de fato é um conceito para designar que existem vários territórios econômicos em um país com os respectivos mercados de trabalho que têm algumas características particulares. Ver mais em Topel (1986) e Molho (1992).

baixo desenvolvimento, e, conseqüentemente, estes movimentos foram acompanhados pelos movimentos do emprego e dos salários.

As regiões metropolitanas federais influenciaram a expansão do emprego nas economias regionais originadas da desconcentração industrial. Estas áreas apresentavam relativa atratividade e centralidade de empresas e ramos produtivos como mais densidade tecnológica, além disso, ficam localizadas a administração pública dos estados e outras atividades do setor de serviços. Portanto, sendo lócus ideal para receber os novos investimentos estrangeiros e a transferência de plantas industriais. Por outro lado, conforme Staduto *et al.* (2008), existe uma tendência de concentração dos setores com menores densidades tecnológicas e mais intensivos em mão de obra no interior dos estados, assim como, é inerente a estas áreas a produção agropecuária e a agroindustrialização. Ao longo dos anos foram sedimentando processos econômicos cristalizados pelos arranjos sociais e políticos os quais são distintos das grandes aglomerações produtivas e populacionais.

Os interiores dos estados são espaços econômicos heterogêneos e extensos, não obstante a isto, também, contribuem para uma parcela expressiva do produto nos ramos de atividades de alta tecnologia, principalmente nos estados que têm maiores rendas per capita. Mas, deve-se considerar a grande dispersão das atividades econômicas, o que aumenta o desemprego friccional e, naturalmente, o tempo de desemprego – que impacta na desconcentração produtiva – industrial e agrícola – e reflete no mercado trabalho, em termos de realocação da mão de obra de forma distinta entre o interior dos estados e as grandes aglomerações urbana-industriais.

O debate sobre a capacidade da economia nacional em operar próxima do pleno emprego na década de 1990 defrontava-se com o debate da flexibilidade do mercado de trabalho. Do ponto de vista das economias regionais, a análise intra-regional, isto é, entre regiões metropolitanas e não-metropolitanas, é importante para avaliar a capacidade de ajustarem-se aos impactos econômicos que refletem no nível de desemprego, considerando principalmente as mudanças estruturais recentes da economia nacional: abertura comercial, maior participação do setor privado, estabilidade monetária e o processo de dispersão produtiva, sendo que este último evento é muito importante na mudança da configuração produtiva nas áreas interioranas, bem como, nos estados menos industrializados.

O mercado de trabalho urbano dos municípios do interior tem papel fundamental para o desenvolvimento rural, visto que parcela importante da mão de obra não fica alocada exclusivamente nas atividades agropecuárias. Nos últimos anos constatou que os membros das famílias rurais têm intensa participação nos mercados não-agrícolas das localidades menores. Este fenômeno cresceu na década de 1990, e tem papel importante na integração dos mercados de trabalho urbano e rural.

No estágio de desenvolvimento técnico da agricultura dos países mais ricos, bem como nos estados mais ricos do Brasil, as ocupações não agrícolas sempre tiveram presentes no meio rural. Atualmente a inserção dos trabalhadores de famílias rurais neste tipo de atividade está associada ao processo de ampliação do mercado de trabalho, neste contexto a desconcentração urbano-industrial propicia abertura de posto de trabalho nos pequenos municípios tanto nas áreas urbanas como rurais (MARSDEN, 1990; SCHNEIDER, 1994)

O mercado de trabalho local influencia o comportamento dos agentes, e, conseqüentemente, pode resultar em respostas diferenciadas segundo as particularidades de cada mercado. As idiossincrasias locais foram mais pesquisadas quanto ao aspecto salarial entre as regiões, no entanto, os efeitos de realocação em termos regionais quando são impactadas por flutuações econômicas agregadas ou setoriais foram pouco examinadas na literatura. Nos últimos anos foi mais claramente colocado na agenda do Estado o planejamento econômico no Brasil e as políticas de desenvolvimento regional. Neste contexto as economias locais são tomadas como unidades de análise e fonte de desenvolvimento econômico, conseqüentemente, ascendendo o debate sobre os chamados mercados de trabalho locais. Conforme Barros e Mendonça (1996), grau de flexibilidade do mercado de trabalho é um parâmetro fundamental para examinar o desempenho econômico, portanto deve ser analisado o seu comportamento. Este artigo analisa a flexibilidade do mercado de trabalho em escalas menores; estado e regiões metropolitanas e não-metropolitanas.

2. A Flexibilidade do Mercado de Trabalho: breve debate

A partir da década 1970, as economias europeias e dos Estados Unidos tinham altas e persistentes taxas de desemprego, o que motivou o desenvolvimento de várias pesquisas sobre as razões que mantinham a economia afastada do pleno emprego. Neste contexto, o tema flexibilidade do mercado trabalho teve intensa atenção das políticas econômicas e dos pesquisadores no início da década de 1980, principalmente na Europa. As políticas de bem-estar social apresentavam dispositivos de proteção ao trabalhador e ao trabalho, de tal ordem, que tornavam o mercado de trabalho bastante rígido em termos salariais e alocativos.

Conforme Amadeo (1992a, 1992b), o desemprego na Europa nos anos 1980 tinha comportamento tipicamente clássico, porque estava associado ao crescimento dos salários em taxas maiores do que a produtividade do trabalho. As organizações sindicais pressionaram o aumento dos salários para patamares mais altos no final dos anos 1960, ficando descompassado com a produtividade. Desde então, os salários reais elevados e a baixa lucratividade das empresas na década de 1970 foram ajustados por políticas de austeridade macroeconômica. Por outro lado, Hall (1975) analisou o desemprego e a recessão da economia americana nos anos 1974-1975 sob a ótica das previsões de Keynes sobre o desemprego, isto é, a rigidez salarial, o qual contribuiu para a persistência do desemprego, e, assim como, a união dos trabalhadores, afastando a economia dos Estados Unidos do pleno emprego.

Do ponto de vista teórico, os economistas passaram a incorporar a ideia do desemprego involuntário como uma característica para os muitos mercados de trabalho. Salop (1979) explorou um modelo de equilíbrio com desemprego, isto é, a existência de equilíbrio com desemprego estrutural. Shapiro e Stiglitz (1984), seguindo esta mesma abordagem, formularam um modelo explorando o equilíbrio com desemprego como um artifício de incentivo à disciplina dos trabalhadores. Solow (1980, p.10) apresentou posição similar desses autores "... se o mercado de trabalho não está frequentemente em equilíbrio, se os salários são frequentemente rígidos, se eles respondem aos sinais não tradicionais [de mercado], então há um papel para a política macro e uma boa oportunidade para serem efetivas."

Dentro desse novo contexto macroeconômico, as pesquisas sobre desemprego involuntário e salários rígidos tomaram novos impulsos, e, neste sentido, os autores keynesianos elaboraram vários trabalhos para aperfeiçoar os fundamentos microeconômicos². Mas, algumas questões pareciam ainda pouco explicadas, pois conforme constatação de Katz (1986, p.235), "...por que os trabalhadores desempregados são incapazes de declinarem os salários de forma convenientemente comparável aos trabalhadores empregados e ocupar os seus postos de trabalho, vem por muito tempo intrigando os economistas.". Nesse contexto, surgem os primeiros autores novos keynesianos que lançam luz sobre a abordagem do salário-eficiência.

Nos anos 1980 iniciaram os ajustes nas economias dos países mais industrializados diante da crise da década anterior que pode ser traduzida pelo forte choque de oferta causado pelo aumento do barril de petróleo. A conta mais alta paga pelos trabalhadores europeus foi atribuída em parte à forte tradição trabalhista que introduziu ao longo dos anos importantes dispositivos de proteção do emprego e salário. De acordo com Brodsky (1994), o departamento de trabalho dos Estados Unidos e outras publicações apontavam as altas taxas de desemprego das economias dos países europeus eram em razão do denominado "euroesclerose", isto é, ineficiência do mercado de trabalho e à sua pouca flexibilidade. Os responsáveis pela política econômica europeia geralmente relutavam em adotar as sugestões indicadas pela OECD e pelo governo americano no sentido de aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho para reduzir o custo desta "conta".

No Brasil, vários eventos ocorreram no início da década de 1990, tais como a abertura comercial e reposicionamento do Estado na produção nacional, os quais contribuíram para desenhar um novo cenário econômico nacional e novas discussões no âmbito do Estado e dos pesquisadores. Foram aplicados internamente instrumentos de políticas econômicas para realinhar o setor produtivo

² Entre os vários trabalhos publicados destacam-se Hall (1975) e os trabalhos de Solow (1979, 1980).

e o Estado brasileiro ao cenário mundial no enfrentamento da crise e instabilidades econômicas das duas décadas anteriores.

O novo cenário econômico brasileiro pressionou o aumento de competitividade das empresas, e vários ajustes foram feitos em termos de redução de custos de produção, utilizando expedientes possíveis dentro de um quadro institucional relativamente rígido, principalmente das instituições do trabalho. A preocupação com a flexibilidade do mercado de trabalho surge como um tema de debate e como um caminho para aumentar nível de competição dos produtos nacionais. Estava sendo colocada na agenda de debate a capacidade de ajustamento do mercado de trabalho em um ambiente econômico mais competitivo.

Neste contexto, a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro foi analisada e debatida sobre o ponto de vista institucional (AMADEO e CAMARGO, 1996; SIQUEIRA NETO, 1997; CASTRO, 1997; CARLEIAL, 1997) e algumas pesquisas procuraram mensurá-la (BARROS *et al.*, 1996; URANI, 1996; BARROS *et al.*, 1997). Vários autores compararam o grau de flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro em relação aos outros países aplicando as mesmas metodologias e concluíram que o mercado de trabalho nacional é flexível do ponto de vista do emprego (BARROS *et al.*, 1997) e do salário real (BARROS e MENDONÇA, 1996), mas também é segmentado (CAMARGO, 1996; URANI, 1996), principalmente entre mercados formal e informal devido ao alto custo não-salarial da mão de obra.

No caso da economia brasileira a informalidade contribui para aumentar o grau de flexibilidade do mercado de trabalho, basicamente em razão de os custos relacionados à institucionalização e à rotatividade serem menores em relação às ocupações formais. Já no formal, os segmentos são relativamente mais rígidos, e a admissão não é tão rápida, em razão das exigências de qualificação serem mais altas e, conseqüentemente, distanciando da taxa de remuneração do setor informal (MACHADO *et al.*, 2008). Além disso, conforme Cacciamali e Freitas (1992), existem evidências de salário eficiência na economia brasileira, principalmente nos segmentos mais qualificados.

As políticas macroeconômicas na década de 1990 eram predominantemente horizontais endereçadas a todos os agentes e de certa forma também refletiam nas pesquisas econômicas de caráter macroeconômico e setoriais. Os planos de desenvolvimento regional já não estavam na agenda do Estado na década de 1990, mas passaram a ser alvo de política econômica no início deste século, assim como, já foi no meio do século passado. De tal ordem que repercutiu também positivamente para expor as problemáticas do desenvolvimento regional. Neste sentido este artigo é uma contribuição para esta agenda de pesquisas ao analisar a flexibilidade do mercado de trabalho regional/local.

3. Uma Perspectiva Teórica sobre Flexibilidade do Mercado de Trabalho

Segundo Lucas e Prescott (1974) e Lilien (1982), os choques que impactam na demanda agregada podem ser de natureza agregada e idiossincrática (aleatório). No caso de um choque agregado, todos os segmentos do mercado de trabalho são igualmente afetados; e no caso de um choque idiossincrático alguns segmentos são prejudicados enquanto outros são beneficiados. As flutuações aleatórias podem afetar a demanda por alguns produtos e induzir a flutuação no mercado de trabalho, o que conduz a diferenças salariais entre os mercados de alguns ramos de atividades, os quais poderão afetar temporariamente os salários entre os mercados.

Segundo Barros *et al.* (1997), são constantes as mudanças nos cenários econômicos que influenciam a oferta e a demanda por trabalho. Então, supondo que o mercado foi atingido por um choque aleatório, há essencialmente duas formas de ajustamento ao desequilíbrio: alterar o nível salarial ou realocar mão de obra entre os seus vários segmentos, ou mais provavelmente, a ação simultânea destes dois mecanismos. Em princípio todo choque pode ser decomposto num componente agregado e em outro idiossincrático. Os ajustamentos às flutuações dependem do grau de flexibilidade do mercado de trabalho que podem ser traduzidos em flutuações nos níveis de desemprego.

O desemprego depende basicamente de dois componentes independentes: a taxa natural de desemprego, descrito como de longo prazo; e o desemprego cíclico, que são flutuações de ciclos de negócios que são derivadas de choques de curto prazo. São teorias aceitas e aplicadas, por exemplo, para o persistente desemprego na Europa (KARANASSOU e SNOWER, 1998).

Na literatura é amplamente aceito que o desemprego é visto como o desvio relativo da taxa natural de desemprego e se trata de um desequilíbrio friccional do mercado de trabalho, o qual se ajusta rapidamente ao choque externo, tais como de produtividade, demanda de produto, preços de matéria-prima ou taxas de juro. No entanto, segundo Lilien (1982), o desemprego cíclico pode ser mais bem explicado como flutuações da própria taxa natural de desemprego. Segundo o autor, na economia americana mais da metade do desemprego no período pós-guerra pode ser atribuído às flutuações da taxa natural de desemprego.

As políticas associadas ao bem-estar social estruturadas no Pós-Guerra e à atuação dos sindicatos foram apontadas como as principais causas das altas e persistentes taxas de desemprego da economia europeia a partir dos anos de 1970, as quais conferiram rigidez salarial aos mercados de trabalho do velho continente. Entretanto, segundo Karanassou e Snower (1998) passaram-se quase 20 anos, em que muitos países experimentaram desregulamentação, privatização, declínio da densidade sindical e desmonte de parte da estrutura de proteção ao emprego. Portanto, diante destes ajustes, esperava-se a redução da taxa natural de desemprego, entretanto, isto não ocorreu como se esperava. Nesse cenário, os autores formularam um modelo na direção de negar que os empregos cíclicos e estruturais são largamente independentes um do outro, mas sim são ligados. Então, concluem que um choque na economia pode ter efeitos defasados, isto é, um choque se sobrepõe ao anterior, deixando a economia constantemente com altos patamares de desemprego.

A hipótese de que o deslocamento de trabalhadores entre os setores da economia é capaz de afetar o desemprego agregado surgiu a partir do trabalho de Lucas e Prescott (1974), o qual fundamentou analiticamente as pesquisas empíricas de Lilien (1982), Barros *et al.* (1997) e Reis e Gonzaga (2000). O modelo proposto parte do pressuposto de um equilíbrio inicial de uma economia que é impactada por um choque, e a sua capacidade ajustamento do mercado de trabalho estará relacionada ao grau de flexibilidade alocativa, de tal forma que atingirá um novo equilíbrio.

O mercado de trabalho local influencia o comportamento dos agentes os quais podem resultar em respostas diferenciadas segundo as particularidades de cada mercado. Portanto, a ideia básica da abordagem proposta neste artigo é avaliar empiricamente os choques que impactaram a economia brasileira ao longo da década de 1990 e no início desse século, e, particularmente, sobre as economias regionais por meio do ajustamento alocativo do mercado de trabalho regional/local.

4. Procedimento Metodológico

Neste estudo foi aplicada a metodologia utilizada por Barros *et al.* (1997), que avaliaram o grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro como a razão entre as medidas do grau de turbulência e de descasamento. Barros *et al.* (1997) utilizaram a metodologia de Jackman *et al.* (1991) aplicada para as economias dos países industrializados, desta forma, os autores puderam fazer comparações mais robustas do grau flexibilidade alocativa com estes países.

O índice de turbulência é utilizado para verificar como variou a estrutura do emprego entre dois instantes de tempo, sendo definido como:

$$T = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^m |p_{jt+1} - p_{jt}| \quad (1)$$

onde m representa o número de setores; e p_{jt} , a proporção de empregados no setor j no período t .

O índice de turbulência é uma medida da intensidade dos choques idiossincráticos que atingem o mercado de trabalho. De fato, a magnitude das transformações na estrutura setorial do emprego não

reflete somente a magnitude dos choques recebidos, mas, também, a capacidade e a velocidade de resposta do mercado de trabalho. Segundo Karanassou e Snower (1998), os choques podem ter efeitos defasados, então nas análises em períodos maiores estaremos captando também uma parcela desses efeitos retardatários.

O índice de descasamento, por sua vez, visa avaliar a incapacidade do mercado de trabalho de transferir trabalhadores de setores onde postos de trabalho estão sendo destruídos para setores onde postos que estão sendo criados, sendo definido segundo Barros *et al.* (1997) como:

$$D = \sum_{j=1}^m \left(\frac{\mu_j - \mu}{\mu} \right)^2 q_j \quad (2)$$

onde m representa o número de setores; μ_j taxa de desemprego no setor j ; e q_j a proporção da população economicamente ativa no setor j .

Os índices são calculados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 1992 a 2006. Uma peculiaridade da economia nacional são as altas taxas de informalidade, sendo assim, foi escolhido a PNAD em razão da possibilidade de captar tanto o trabalho formal quanto o informal, tornando a análise mais acurada. Utilizou-se a desagregação dos 12 setores disponíveis nas PNADs. Nos anos de 1994 e 2000 não houve pesquisa da PNAD. Os cálculos dos índices foram feitos para as três macrorregiões do Sul, Sudeste e Nordeste a partir das médias dos índices dos seus respectivos estados. Também foram calculados os índices para oito estados da federação onde há dados disponíveis para as regiões metropolitanas e não-metropolitanas (Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Ceará).

Os índices foram calculados para dois períodos: a) 1992 a 2001, anos marcados por grandes flutuações nas variáveis macroeconômicas, tais como taxa de inflação, desemprego e produto, as quais criaram ambientes de instabilidade, bem como, de fortes ajustamentos no setor produtivo; b) 2002 a 2006, período marcado por uma fase mais prolongada de crescimento do produto com as demais variáveis sofrendo flutuações menos abruptas.

5. Avaliação Regionalizada da Flexibilidade do Mercado de Trabalho Brasileiro

Foram analisados os estados brasileiros em diferentes níveis de industrialização, os quais estão associados a diferentes níveis de segmentação do mercado de trabalho, bem como a graus de informalidade. Estas dimensões estão correlacionadas e são importantíssimas para compreender o grau de flexibilidade do mercado de trabalho das regiões.

Do ponto de vista institucional, o sistema federativo brasileiro está estruturado para que todos os mercados de trabalho estejam sob o mesmo manto jurídico, tais como a legislação das relações trabalhistas e o salário mínimo; mesmo considerando que os salários mínimos regionais, *a priori* estão sobre a égide do piso nacional. No entanto, no setor informal há mais liberdade e flexibilidade na organização do trabalho, apesar de certas normas adotadas aos trabalhadores formais serem reproduzidas na informalidade, por exemplo, dias de descanso remunerados; a base de remuneração é o salário mínimo; intervalo para realização das refeições; e outros. Desta forma, afastam-se do conceito de trabalho escravo e aproxima-se do processo de organização das relações de trabalho negociadas livremente e não legislada. Fundamentalmente o que melhora o status de flexibilidade são os baixos custos de contratação e dispensa do setor informal, bem como de manutenção do trabalhador na atividade laboral, visto que não são recolhidos, por exemplo, previdência e FGTS.

A dimensão do setor informal está associada à dinâmica do desenvolvimento econômico de cada região e também à efetivação das instituições jurídicas do trabalho. No Brasil não é difícil de imaginar que haja intensidades diferenciadas na atuação destas instituições, as quais podem variar de uma unidade da federação para outra. Existem as mais diversas situações possíveis no heterogêneo

território nacional, tais como áreas fronteiras, diferentes densidades populacionais e sindicais, estrutura produtiva, poder político e outros. Isto tudo afeta a efetividade das instituições jurídicas em fiscalizar o mercado de trabalho local de tal ordem que os costumes e interesses regionais em muitas circunstâncias prevaleçam em relação às Leis.

No setor formal também há certo grau de liberdade para os comportamentos diferenciados dos mercados de trabalho, pois as idiossincrasias locais são importantes e influenciam na demanda e oferta por mão de obra. Na literatura nacional alguns estudos evidenciam a existência da segmentação regional do mercado de trabalho (MENEZES *et al.*, 2005; STADUTO e MALDANER, 2008; HERSEN, 2009). Por exemplo, Foguel e Azevedo (2006) constataram que no Brasil entre 1984 a 2005 as variáveis residuais não mensuráveis tiveram importantes contribuições para explicar os diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores. Os diferenciais de salários regionais não representam estritamente a variabilidade da produtividade do trabalho (GALINARI *et al.*, 2007). Alguns fatores, entendidos como características institucionais locais, explicam estes diferenciais regionais de salários, tais como no custo de vida verificada entre as cidades e amenidades locais (SANTOS e TEIXEIRA, 2000; MENEZES e AZZONI, 2006). As particularidades locais dos mercados de trabalho produzem ajustes diferenciados aos impactos dos choques idiossincráticos.

Por sua vez, Hersen (2009) analisou os mercados de trabalho entre as regiões metropolitanas e não-metropolitanas de nove estados, e concluiu que apresentavam estruturas distintas o suficiente para serem analisadas separadamente. Portanto, tornando mais robustos os cálculos e análises em separado das áreas metropolitanas e das não-metropolitanas dos respectivos estados. No entanto, para nosso estudo deve-se ter cautela nas análises, pois os resultados não são plenamente comparáveis quando se altera as escalas de análise em relação aos dados produzidos para a economia brasileira. Quando se fraciona o território econômico, congelam-se os fluxos entre os trabalhadores dos mercados de trabalho dos estados, e entre as regiões metropolitanas e as áreas interioranas dos respectivos estados.

A metodologia foi aplicada em uma escala menor em relação ao estudo de Barros *et al.* (1997) que analisou mercado de trabalho do território nacional, e o período de análise também foi diferente (1981 a 1995), o que gerou índices com magnitudes diferentes a este estudo, portanto, não são plenamente comparáveis, mas serão utilizados com um parâmetro para discutir os resultados obtidos. Os autores calcularam os seguintes índices de turbulência, descasamento e flexibilidade alocativa 1,4; 11,8; 11,9, respectivamente, para o Brasil. Todos os índices de turbulências das regiões analisadas (Tabela 1, 3, 4 e 5) foram superiores ao calculado para o Brasil, revelando que esses mercados de trabalho foram mais afetados por choques idiossincráticos. Os índices de descasamento também foram superiores ao do Brasil, sendo bastante provável que territórios econômicos menores que o nacional tenham menor capacidade de realocação de trabalhadores de dispensados. A tendência de flexibilidade alocativa não foi tão clara, variando de um período para outro, mas de modo geral esta flexibilidade do mercado de trabalho nos estados analisados foi superior ao caso brasileiro.

Na Tabela 1, observa-se que os índices de turbulência dos estados foram maiores no primeiro período (1992 a 2001) em relação ao segundo período (2001 a 2006), como era esperado para os estados das três macrorregiões, refletindo os vários eventos econômicos ocorridos ao longo da década de 1990. Os índices dos estados da região do Nordeste tiveram valores muito superiores ao do Sul e Sudeste evidenciando a vulnerabilidade das economias mais pobres em períodos de instabilidades. A diversificação produtiva naturalmente é um bom antídoto para absorção de choques idiossincráticos, visto que as macrorregiões Sudeste e Sul apresentaram índices menores em razão de terem as economias mais complexas.

A região Sudeste teve os menores índices de descasamento, ou seja, menor incapacidade de realocação da mão de obra tanto no primeiro (16,61) como no segundo (14,06) período, ficando próximo aos valores calculados por Barros *et al.* (1997) para o Brasil. O estado de São Paulo no primeiro período claramente contribui para pressionar este índice para cima, período fracamente desfavorável para a realocação da mão de obra dispensada na indústria paulista. Já as macrorregiões Sul e Nordeste apresentaram magnitudes muito próximas, 28,79 e 29,55, respectivamente. Mas no segundo período há um forte distanciamento deste índice entre as duas macrorregiões, o Sul (18,85)

ficou muito abaixo ao do Nordeste (26,73). O estado do Rio Grande do Sul está a quase duas décadas enfrentado problemas de crescimento econômico, impactando negativamente neste índice nos dois períodos analisados, empurrando-o para cima. No caso do Nordeste, a Bahia e o Ceará tiveram os maiores índices de descasamento, e são coincidentemente os dois estados que têm as maiores áreas territoriais, portanto, sujeitos a muitas fricções no mercado de trabalho na região não-metropolitana, e são formadas por vastas áreas de semi-árido e de grande dispersão das atividades produtivas.

Tabela 1 - Índices de turbulência, descasamento e flexibilidade alocativa para as macrorregiões e os respectivos estados

	1992-2001			2002-2006		
	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa
SUL						
PR	2,72	25,75	10,56	3,94	14,29	27,55
RS	2,15	31,82	6,75	1,75	23,40	7,47
Média	2,44	28,79	8,66	2,85	18,85	17,51
SUDESTE						
MG	2,09	12,02	17,34	1,88	18,71	10,02
RJ	2,50	12,83	19,50	2,26	13,12	17,20
SP	2,84	24,99	11,36	1,26	10,36	12,18
Média	2,48	16,61	16,07	1,80	14,06	13,13
NORDESTE						
BA	3,16	38,92	8,11	2,05	29,71	6,88
CE	4,88	28,76	16,98	2,64	31,05	8,52
PE	3,67	20,97	17,48	3,51	18,64	18,81
Média	3,90	29,55	14,19	2,73	26,47	11,40

Fonte: Dados da PNAD 1992 – 2006. Elaboração dos autores.

A região Sul (8,66) teve o menor índice de flexibilidade alocativa no primeiro período em relação às demais macrorregiões, claramente influenciada pela economia gaúcha. O Sudeste (16,07) foi a região mais flexível, acompanhada de perto pela Nordeste (14,19) que teve influência direta do baixo índice da Bahia. Já no segundo período da análise (2002 a 2006) as macrorregiões Sul, Sudeste e Nordeste obtiveram índices de flexibilidade alocativa 17,51; 13,13; 11,40, respectivamente. Ainda vale ressaltar que estas economias comparadas aos principais países industrializados³ podem ser também consideradas flexíveis.

Na região Sul, particularmente o estado do Paraná apresentou um alto grau de flexibilidade alocativa, principalmente no segundo período. Provavelmente isto se deve ao fato deste estado, segundo vários autores (SABÓIA, 2001; AMBROZIO, 2007; BARROS *et al.*, 2008), ser um dos grandes beneficiários da desconcentração industrial originada de São Paulo e, também, do Rio de Janeiro. Além disso, o estado do Paraná obteve o menor índice descasamento, ou seja, baixa incapacidade de transferir trabalhadores de ramos de atividades que foram destruídos para os postos de trabalho para onde foram criados.

A Tabela 2 evidencia que as regiões metropolitanas, de modo geral, concentram a maior parte da riqueza dos estados, exceto o estado do Rio de Janeiro. O planejamento público idealizado na década de 1970 para as regiões metropolitanas para que fossem lócus dos investimentos externos e centralizassem as atividades dinâmicas dos estados ainda apresenta forte repercussão nos dias atuais.

A dispersão dos municípios nos interiores dos estados tem significado e repercussões diferenciadas para algumas variáveis, bem como para as políticas econômicas quando comparado

³ Conforme de mostra o trabalho de Barros *et al.* (1997) os índices de flexibilidade da Alemanha, 4,6; Espanha 5,0; Reino Unido 6,6; Austrália, 11,8; Canadá, 8,7; Estados Unidos, 10,3; Suécia, 14,3.

com as grandes aglomerações produtivas e populacionais. O isolamento de algumas localidades interioranas em termos de distância e de acessibilidades à sua cidade polo aumenta os custos da oferta por bens públicos, tais como sistema de saúde, treinamento, ensino profissionalizante e sindicalização, o que compromete o aumento do capital humano.

Tabela 2 - PIB e População das Regiões Metropolitanas e Regiões Não-Metropolitanas dos estados selecionados, 2006 (mil reais)

Estados	PIB				População			
	RM	%	RNM	%	RM	%	RNM	%
Ceará	29.457.256	64	16.852.628	36	3.415.455	42	4.801.630	58
Pernambuco	36.123.989	65	19.380.928	35	3.646.204	43	4.856.399	57
Bahia	48.130.796	50	48.428.133	50	3.408.273	24	10.541.873	76
Minas Gerais	80.601.060	38	134.212.450	62	5.494.095	28	13.985.261	72
Rio de Janeiro	184.373.438	67	90.989.287	33	11.467.222	74	4.094.498	26
São Paulo	450.604.630	56	351.947.061	44	19.677.506	48	21.378.228	52
Paraná	55.829.012	41	80.851.826	59	3.261.168	31	7.126.210	69
Rio Grande do Sul	71.913.065	46	84.969.558	54	4.101.032	37	6.862.187	63

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Hersen, 2009.

As regiões metropolitanas têm índices de turbulência menores em relação à região não-metropolitana (Tabela 3, 4 e 5). Mais especificamente, as regiões metropolitanas do Sudeste destacam-se em razão de terem os menores índices, e neste caso são formadas pelos três primeiros estados mais ricos do país. O estado de São Paulo apresentou índices muito baixos, tanto na região metropolitana como na região não-metropolitana, muito inferior à média do próprio estado quando analisado como uma única unidade territorial econômica (Tabela 3). Os demais estados das três macrorregiões tiveram pequenas variações para cima ou para baixo, mas em magnitude inferior às registradas por São Paulo.

Este comportamento do mercado de trabalho paulista pode ser parcialmente explicado pela constatação de Hoffmann e Mendonça (2003) de que o abrupto declínio do emprego industrial na década de 1990 na região metropolitana de São Paulo foi compensando parcialmente pelas ocupações nas atividades de serviço e comércio. De tal ordem, que se redesenhou a segmentação regional do mercado de trabalho no estado de São Paulo; capital e seu entorno ficaram mais intensas nas atividades do setor terciário e, por sua vez, o interior do estado intensificou-se na produção industrial.

Tabela 3 - Índices de turbulência, descasamento e flexibilidade alocativa das regiões metropolitanas e não metropolitana da região Sudeste

	1992-2001			2002-2006		
	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa
Região Metropolitana						
MG	2,86	10,55	27,10	2,98	15,21	19,61
RJ	2,73	11,09	24,57	2,46	14,06	17,51
SP	0,66	2,38	27,91	1,62	9,62	16,87
Média	2,08	8,01	26,53	2,35	12,96	18,00
Região não Metropolitana						
MG	3,12	18,07	17,28	2,10	20,23	10,36
RJ	3,12	23,52	13,25	3,72	15,39	24,15
SP	0,90	6,72	13,33	2,13	13,71	15,55
Média	2,38	16,10	14,62	2,65	16,44	16,69

Fonte: Dados da PNAD 2002-2006. Elaboração dos autores.

Todas as regiões metropolitanas tiveram índices de descasamento menores do que as regiões não-metropolitanas para os dois períodos. Parte da justificativa desta aproximação se deve a dimensão

de suas regiões metropolitanas que são economias diversificadas e não especializadas⁴. Segundo Ramos e Ferreira (2006) nas regiões metropolitanas houve aumento da informalidade, resultado de reestruturação setorial do emprego que se traduz em redução da participação do emprego industrial e, por outro lado, o aumento do setor de serviços que está fortemente associado ao trabalho informal. A região metropolitana de São Paulo liderou este processo de informalização da economia brasileira.

Tabela 4 - Índices de turbulência, descasamento e flexibilidade alocativa das regiões metropolitanas e não metropolitana da região Sul

	1992-2001			2002-2006		
	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa
Região Metropolitana						
PR	3,73	21,67	17,23	3,67	13,51	27,16
RS	3,86	14,99	25,74	1,87	12,68	14,74
Média	3,80	18,33	21,49	2,77	13,10	20,95
Região não Metropolitana						
PR	3,03	29,05	10,44	3,35	17,19	19,51
RS	2,41	43,74	5,50	2,13	28,31	7,51
Média	2,72	36,40	7,97	2,74	22,75	13,51

Fonte: Dados da PNAD 2002-2006. Elaboração dos autores.

Na região Nordeste (Tabela 5) a diferença entre as regiões metropolitanas e não-metropolitanas do índice de descasamento é muito maior em relação às macrorregiões Sudeste e Sul (Tabela 3 e 4). Este cenário tem implicações muito severas para os movimentos migratórios, e, naturalmente, no interior dos estados nordestinos a estrutura produtiva é menos complexa e, conseqüentemente, há menos espaço econômico para realocação da mão de obra, o que reflete diretamente no baixo grau de flexibilidade alocativa das regiões não-metropolitanas. Por outro lado, as regiões metropolitanas das macrorregiões Sul, Sudeste e Nordeste apresentaram alto grau de flexibilidade alocativa nos dois períodos analisados.

Puderam-se destacar algumas particularidades a partir da Tabela 3 e 4, tais como a região não-metropolitana do Rio de Janeiro e a região metropolitana do Paraná que tiveram índices de flexibilidade alocativas muito superiores aos demais estados das suas respectivas macrorregiões. A primeira região teve fortíssimo impacto do crescimento dos investimentos da indústria petroquímica e naval, assim como o incremento dos royalties da extração do petróleo. Já a região metropolitana de Curitiba foi provavelmente à grande beneficiada pela dispersão produtiva ocorrida nos últimos 20 anos.

Tabela 5 - Índices de turbulência, descasamento e flexibilidade alocativa das regiões metropolitanas e não metropolitana da região Nordeste

SUL	1992-2001			2002-2006		
	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa	Turbulência	Descasamento	Flexibilidade alocativa
Região Metropolitana						
BA	3,18	13,49	23,56	2,93	7,20	40,65
CE	3,83	16,64	22,99	2,77	13,06	21,21
PE	4,15	15,02	27,61	3,53	8,54	41,30
Média	3,72	15,05	24,72	3,08	9,60	32,39
Região não Metropolitana						
BA	3,37	42,54	7,91	2,62	28,65	9,14
CE	6,02	33,26	18,11	3,21	47,73	6,72
PE	4,79	27,48	17,42	3,77	26,76	14,10
Média	4,73	34,43	13,48	3,20	34,38	9,99

Fonte: Dados da PNAD 2002-2006. Elaboração dos autores.

Os interiores dos estados têm a tendência a concentrar as economias especializadas e as

⁴ Uma discussão sobre as economias diversificadas e especializadas encontra-se em Jacob (1970) e na literatura nacional Galinari *et al.* (2007).

indústrias mais intensivas em mão de obra, tal como o ramo de confecções têxteis, que lançava mão de força de trabalho migrante do meio rural de baixa qualificação, e ainda utilizava o trabalho no domicílio como forma de reduzir os custos. Segundo Dedecca e Baltar (1997), a expansão dessas atividades abre janelas de institucionalização legal do trabalho. A força de trabalho provinda do campo, principalmente no período da intensa urbanização e industrialização, não tinha tradição de assalariamento e não impunha resistência em aceitação de trabalhos que lhe gerassem alguma renda.

As atividades agrícolas naturalmente são muito mais intensas nas regiões não-metropolitanas, isto implica aparentemente que o meio rural é um espaço econômico que alocaria rapidamente a mão de obra pouco qualificada, entretanto, está em curso um intenso processo de fechamento de postos de trabalho nas atividades agrícolas, em razão de um novo ciclo tecnológico poupador de mão de obra iniciado na década de 1990 (STADUTO *et al.*, 2004). Além disso, existem fortes barreiras institucionais para contratação de mão de obra em razão dos altos custos trabalhistas e de transação, o que gera certa rigidez do mercado de trabalho (RESENDE *et al.*, 2008). Isto explica em grande parte a rápida redução da informalidade nas regiões não-metropolitana em razão do fechamento dos postos de trabalho informais na produção agropecuária, bem como na baixa capacidade alocativa. Parcela de mão de obra não mais empregada na agricultura não terá rápida recolocação no mercado de trabalho, e a especialização produtiva das cidades médias e pequenas não produz espaços econômicos em escala suficiente para expansão da informalidade, fenômeno tão importante na década de 1990 para manter o nível desemprego aberto sob controle.

As regiões não-metropolitanas têm grande dispersão espacial das atividades produtivas, o que naturalmente aumenta o desemprego friccional. A concentração produtiva nas capitais dos estados e no seu entorno é vantajosa para o trabalhador em termos de alocação produtiva, no entanto, há outros fatores importantes que são avaliados pelos trabalhadores quando decidem trabalhar em uma determinada região, como o custo de vida e outras peculiaridades. Mesmo considerando o processo de dispersão produtiva que refletiu de maneira mais clara no segundo período analisado, não foi possível reduzir uma característica importante do mercado de trabalho dos interiores dos estados: a dispersão das atividades econômicas, principalmente quando analisamos de forma mais desagregada do ponto de vista espacial. De tal ordem que se configura uma segmentação regional dos mercados de trabalho, principalmente os mais distantes dos grandes aglomerados populacionais e produtivos.

6. Conclusões

O objetivo central desse trabalho foi analisar algumas evidências sobre a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro no período de 1992 a 2006 nos estados brasileiros, considerando as regiões metropolitanas e não-metropolitanas, bem como os próprios estados. Este período foi marcado por importantes ajustes na economia nacional, os quais refletiram no mercado de trabalho.

Os graus de flexibilidade dos mercados de trabalho regionais foram estimados a partir da razão entre os índices de turbulência e descasamento. O índice de turbulência mede as variações na estrutura do emprego, refletindo os choques idiossincráticos que impactam o mercado de trabalho. Já o índice de descasamento foi utilizado como medida da incapacidade de o mercado de trabalho realocar a mão de obra dispensada. Foram utilizados os microdados da PNAD para calcular os três índices para os períodos de 1992 a 2001 e 2002 a 2006.

Os índices de turbulência foram maiores nos estados do Nordeste. Já os estados do Sul e Sudeste ficaram muito próximos em termos de índice de turbulência, pois os choques idiossincráticos são mais intensos nas economias menos diversificadas, em contrapartida, mais suave para as economias mais complexas. Os índices de descasamento foram menores nos estados do Sudeste, portanto, eles apresentam maior capacidade de ajustar-se aos choques que impactaram a economia nacional, principalmente no primeiro período. No segundo período da análise o crescimento econômico e as políticas de desenvolvimento regional foram intensificadas, contribuindo para a redução da distância entre os estados das três macrorregiões.

As regiões metropolitanas tiveram grau de flexibilidade alocativa superior às respectivas regiões não-metropolitanas. A diversidade produtiva das capitais e seu entorno propiciou mais

espaços econômicos que contribuem para o ajustamento do mercado de trabalho. Mesmo, considerando o período de instabilidade e baixo crescimento econômico, estes espaços econômicos foram importantes para expansão da informalidade que teve importante papel na realocação da mão de obra e redução da taxa de desemprego. Por outro lado, no interior dos estados são mais preponderantes as economias especializadas, as quais produzem menos espaços econômicos para realocação da mão de obra. As regiões metropolitanas do Nordeste lideraram este comportamento com índices de grande magnitude, provavelmente têm mercados de trabalho menos segmentados em relação às demais regiões metropolitanas, o que facilita mais ainda a realocação da mão de obra dispensada.

O comportamento dos índices de turbulência, descasamento e flexibilidade alocativa desfavorável às regiões não-metropolitanas tem implicações também para o desenvolvimento rural, porque muitos trabalhadores das áreas rurais estão ocupados em atividades nãoagrícolas nos municípios interioranos. Esta situação é mais grave nos estados do Nordeste, desta forma, pode contribuir para aumentar a propensão a migrar. Além disso, reforça a ideia de segmentação regional do mercado de trabalho entre regiões metropolitanas e não-metropolitanas.

Os resultados da pesquisa contribuem para caracterizar melhor o mercado de trabalho, servindo de subsídio para que as políticas públicas corrijam e aprimorem a estrutura produtiva e do mercado de trabalho. Pode-se concluir que nas variadas escalas econômicas do território nacional os mercados de trabalhos são flexíveis e não apresentam excesso de fricção. As políticas públicas devem estar mais direcionadas a melhoria da qualificação profissional e capacitação da mão de obra principalmente nas regiões menos dinâmicas e no interior dos estados brasileiros, as quais são mais complexas para implantação de políticas públicas em razão da dispersão produtiva e populacional.

Referências

- Amadeo, E. J. Desemprego e evidências sobre a experiência recente na OECED (I). *Revista Brasileira de Economia*, v.46, n.2, p. 261-286, 1992a.
- Amadeo, E. J. Desemprego e evidências sobre a experiência recente na OECED (II). *Revista Brasileira de Economia*, v.46, n.4, p. 477-517, 1992b.
- Amadeo, E. J.; Scandiuzzi, J. C.; Pero, V. Ajuste empresarial empregos e terceirização. *Revista de Economia Política*, v. 16, n.1 (61), p. 21-36, 1996.
- Amadeo, E.; Camargo, J.M. Instituições e o mercado de trabalho no Brasil. In: Camargo, J.M. (Org.). *Flexibilidade no Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Ambrozio, A. M. *Aumento do emprego contrasta com desindustrialização de SP e RJ*. Visão do Desenvolvimento, BNDES, n. 35, Setembro, 2007.
- Barros, R. C.; Sabóia, J.; Kurusly, L. S. Diferenciação regional da geração de empregos formais no Brasil no quadriênio 2003-2006. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 39, p. 328-346, 2008.
- Barros, R. P.; Cruz, L. E. M.; Foguel, M. N.; Mendonça, R. S. P. *Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro*. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para discussão, 499)

- Barros, R. P.; Mendonça, R. S. P. Flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro: uma avaliação empírica. In: Camargo, M. J. (org.) *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- Brodsky, M. M. Labor market flexibility: a changing international perspective. *Monthly Labor Review*, November, p. 53-60, 1994.
- Cacciamali, M. C; Freitas, P. S. Do capital humano ao salário-eficiência: uma aplicação para analisar os diferenciais de salários em cinco ramos manufatureiros da Grande São Paulo. *Planejamento e Pesquisa Econômico*, v. 22, n. 2, p. 343-368, 1992.
- Camargo, J. M. Flexibilidade e produtividade no mercado de trabalho brasileiro. In: Camargo, J. M. (Org.). *Flexibilidade no Mercado de Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Carleial, M. F. L. Firms, flexibilities and rights in Brazil: para onde vamos? *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 1, p. 22-32, 1997.
- Castro, N. A. Reestruturação Produtiva, Novas Institucionalidades e Negociação da Flexibilidade. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 1, p. 3-8, 1997.
- Dedecca, C. S; Baltar, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. especial, 1997.
- Diniz, C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, 375).
- Diniz, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993.
- Foguel, M. N.; Azevedo, J. P. *Uma decomposição da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil: 1984-2005*. IPEA: Brasília, 2006. (Texto para discussão, 1247)
- Galinari, R.; Crocco, M. A.; Lemos, M. B.; Basques, M. F. D. O efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 391-420, 2007.
- Hall, R. The rigidity of wages and the persistence of unemployment. *Brookings Papers on Economic Activity*, v.2, p.301-335, 1975.
- Hersen, A. *Decomposição dos rendimentos do trabalho nas regiões metropolitanas e não-metropolitanas brasileiras*. Toledo - Paraná: Unioeste. (Dissertação de mestrado), 2009.
- Hoffmann, M. B. P.; Mendonça, S. E. A. O Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, n.14, v.47, 2003.
- Jackman, R.; Layard, R.; Savouri, S. *Mismatch: a framework for thought*. London: London School of

Economics and Political Science, 1990. (Discussion Papers, CEPDP0001). Acesso em: 22 de setembro de 2009. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/2071/>

Jacob, J. *The economy of cities*. Random House: USA, 1970.

Karanassou, M.; Snower, D. J. How labor market flexibility affects unemployment: long-term implications of the reaction of the chain reaction theory. *Economic Journal*, v. 108, p. 832-849, 1998.

Katz, L. F. Efficiency wage theories: a partial evaluation. In: Fischer, S. (Ed.) *NBER Macroeconomics Annual 1986*. Cambridge Massachusetts: MIT Press, v. 1, 1986. Acesso em: 10 de março de 2009. Disponível em: <http://www.nber.org/books/fisc86-1>

Lilien, D. M. Sectorial shifts and cyclical unemployment. *Journal of Political Economy*, v. 90, n.4, p. 777-793, 1982.

Lucas, R.; Prescott, E. Equilibrium search and unemployment. *Journal of Economic Theory*, v. 106, p. 514-550, 1974.

Machado, A. F.; Oliveira, A. M. H. C. de; Antigo, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355-388, 2008.

Marsden, T. Towards the political economy of pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, v. 6, p. 375-382, 1990.

Menezes, T. M.; Azzoni, C. R. Convergência de salários entre as regiões metropolitanas brasileiras: custo de vida e aspectos da demanda e oferta de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 36, n. 3, p. 449-470, 2006.

Menezes, W. F.; Carrera-Fernandez, J.; Dedecca, C. Diferenciações regionais de rendimentos do trabalho uma análise das regiões metropolitanas de São Paulo e de Salvador. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 35, n. 2. p. 271-296, 2005.

Molho, I. Local pay determination. *Journal of economic surveys*, v.6, n. 2, p. 155-194, 1992.

Ramos, L.; Ferreira, V. Padrões espacial e setorial de evolução da informalidade no Período 1991-2005. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 36, n. 3, p. 471-488, 2006.

Reis, M. C.; Gonzaga, G. Desemprego e deslocamentos setoriais da demanda por trabalho no Brasil. In: Fontes, R.; Arbex, M. A. (Ed.) *Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: UFV, 2000.

Rezende, G.; Ferreira, L. Kreter, A. C. Brazilian agricultural labor legislation and its adverse impacts on agricultural transaction costs. In: Second USDA & AIEA2 (Association Internationale de Economie Alimentaire et Agro-industrielle) International Conference, Itália, maio, 2008. *Anais...* Itália: AIEA2, 2008.

- Sabóia, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Nova Economia*, v. 11, n. 2, dez., p.85-122, 2001.
- Salop, S. C. A model of the natural rate of unemployment. *The American Economic Review*, v. 69, n. 1, p. 117-125, 1979.
- Santos, F.; Teixeira, P. Decomposição e evolução da desigualdade salarial. *Revista de Estatística, Portugal - Instituto Nacional de Estatística*, v. 2, n. 2, p. 35-71, 2000.
- Schneider, S. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar*. UNICAMP: Campinas. (Dissertação do mestrado), 1994.
- Shapiro, C.; Stiglitz, J. E. Equilibrium unemployment as a workerdiscipline device. *American Economic Review*, v.74, p.433-444, 1984.
- Siqueira Neto, J. F. Direito do trabalho e flexibilização no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11, n. 1, p. 33-41, 1997.
- Solow, R. M. Another possible source of wage stickiness. *Journal of Macroeconomics*, v. 1, winter, p.79-82, 1979.
- Solow, R. M. On theories of unemployment. *The American Economic Review*, v. 70, n. 1, p. 1-11, 1980.
- Staduto, J. A. R, Maldaner, I. S. Labor income dispersion between the metropolitan and non-metropolitan regions in the state of Paraná, Brazil In.: RSAI World Congress, 2008, São Paulo. World Integration, Emerging Countries, Lagging Regions and Sustainability. *Anais...* São Paulo: USP. CD Rom, 2008.
- Staduto, J. A. R.; Pery, F. A.; Bacha, C. J. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, IEA, v. 51, n. 2, p. 57-70, 2004.
- Topel, R. Local labor markets. *Journal of Political Economy*. v. 94, n. 3, p. S111-S43, 1986.
- Urani, A. Ajuste macroeconômico e flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil: 1981-95. In: Camargo, M. J. (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.